

20 A 24 DE NOVEMBRO

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!

Evite a distribuição indevida ao público externo.

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

3

Conselho autoriza envio de proposta orçamentária, bandeiras e metas para AGO dia 07.12

6

Aneel pauta resultado da CP de governança na formação de preços – veja detalhes da proposta

10

Varejista: Grupo Técnico discute especificidades do produto padrão

12

Modelos computacionais: estudos para transferir atividades do Cepel para ONS seguem de forma gradual

14

Monitoramento: associadas compartilham experiências sobre o início do período sombra

16

Abraceel na Mídia

17

Curtas

23

E o Congresso?

25

Próxima Semana



Conselho autoriza envio de proposta orçamentária, bandeiras e metas para AGO dia 07.12

Matéria em 1 minuto:

- *Balanço das atividades: Abraceel detalha avanço das ações para cumprimento de metas em cada bandeira;*
- *Reunião comtempla atualização da atuação da Abraceel para reduzir prazo de liquidação, tema no radar da CCEE;*
- *Programação dia 07.12 inclui, a partir de 15h, reunião online do Conselho de Administração, Assembleia Geral Ordinária via Zoom e Coquetel de Confraternização Abraceel em SP.*

O Conselho de Administração da Abraceel aprovou o encaminhamento pela Diretoria Executiva de um conjunto de documentos para a deliberação das associadas em Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada no dia 07.12, com primeira chamada às 17h, pela plataforma Zoom. O pacote comtempla a proposta de orçamento para 2024 e as bandeiras e metas definidas no Encontro de Planejamento Estratégico.

Além da pauta deliberativa, o Presidente-executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, apresentou os temas da pauta informativa, que incluiu o acompanhamento orçamentário e o monitoramento das atividades para cumprimento do plano de metas da Associação.

Acompanhamento das metas

Rodrigo Ferreira apresentou o compilado das atividades realizadas e em desenvolvimento pela Associação em cada uma das quatro bandeiras.

Abertura e crescimento do mercado: destaque para reuniões com Superintendências da Aneel para discutir ações de simplificação do processo de migração, a realização de evento para discutir o uso adequado dos dados dos consumidores e a defesa da concorrência e o engajamento de outras associações na proposição de contribuições da Abraceel para o aperfeiçoamento da comercialização varejista.

Os conselheiros foram ainda informados que está em fase final de elaboração um estudo de “excelente qualidade”, produzido internamente, com propostas de aprimoramento de regulamentos atinentes à migração e de benchmarking das melhores práticas da migração praticadas pelas distribuidoras.

Segurança de mercado: destaque para discussão no Grupo Técnico sobre experiências das associadas após o envio do primeiro lote de dados no “período sombra” do monitoramento prudencial, incluindo campanha para engajar as associadas no processo, além da atuação da Associação no esclarecimento de questões pertinentes para a votação do orçamento da CCEE para 2024, que excluiu os valores previstos para custear gastos atrelados à nova governança, ainda pendente de publicação de decreto interministerial, e para plataforma para certificação de energia renovável.

Formação de preços: destaque para encontros com ONS e CCEE para discutir casos que evidenciam oportunidades de melhorias na governança de formação de preços. A Associação também enviou contribuições sobre a governança de metodologias e programas computacionais, além de contribuição em consulta pública para estabelecer estratégias para enfrentar situações emergenciais.

Eficiência e inovação do mercado: destaque para levantamentos da Abraceel mostrando custos de subsídios e contratações compulsórias, apresentados no Encontro de Planejamento Estratégico, e reunião realizada com o MME para abordar temas como medidas para garantir sustentabilidade no mercado e melhor alocação de custos de subsídios.

Bandeiras e metas para 2024 prontas para deliberação em AGO

Em seguida, Rodrigo Ferreira apresentou o documento com as bandeiras e metas que foram definidas no Encontro de Planejamento Estratégico, realizado em Brasília, em outubro.

Abertura e Crescimento do Mercado



Meta	Peso
Simplificar a migração e aprimorar o agente varejista	38%
Fomentar a concorrência isonômica no mercado	31%
Atuar pela abertura do Grupo B	31%

Segurança e Sustentabilidade do Mercado



Meta	Peso
Aperfeiçoar o monitoramento durante o período sombra	44%
Aperfeiçoar a governança da CCEE	28%
Propor modelos de governança, fiscalização e penalização das instituições	28%

Formação de Preços



Meta	Peso
Atuar para aprimorar a governança na formação de preços	39%
Participar das discussões dos limites de PLD	32%
Atuar para aperfeiçoar os modelos	29%

Eficiência e Inovação do Mercado



Meta	Peso
Posicionar-se contra subsídios, em prol da racionalidade e correta alocação de custos no setor	56%
Trazer cases e experiência internacional para discussões no Brasil	22%
Atuar nas emendas (complementares) do FASE na Reforma Tributária	22%



Redução do prazo de liquidação: Abraceel aguardará proposta da CCEE

Alexandre Lopes, Vice-Presidente de Energia, trouxe atualizações sobre os estudos da CCEE referentes à redução do prazo de liquidação, um tema presente no Planejamento Estratégico atual da Associação. A decisão foi aguardar a proposta da Câmara para a atuação da Abraceel nesse contexto.

Por fim, Rodrigo Ferreira compartilhou a programação das atividades programadas para o dia 07.12:

- **15h:** Reunião do Conselho de Administração, via Zoom;
- **17h:** Assembleia Geral Ordinária, via Zoom;
- **19h:** Coquetel de Confraternização Abraceel, no Espaço Itahy, em SP.

A apresentação realizada está disponível na [área restrita do site](#) da Abraceel.

Aneel pauta resultado da CP de governança na formação de preços – veja detalhes da proposta

Matéria em 1 minuto:

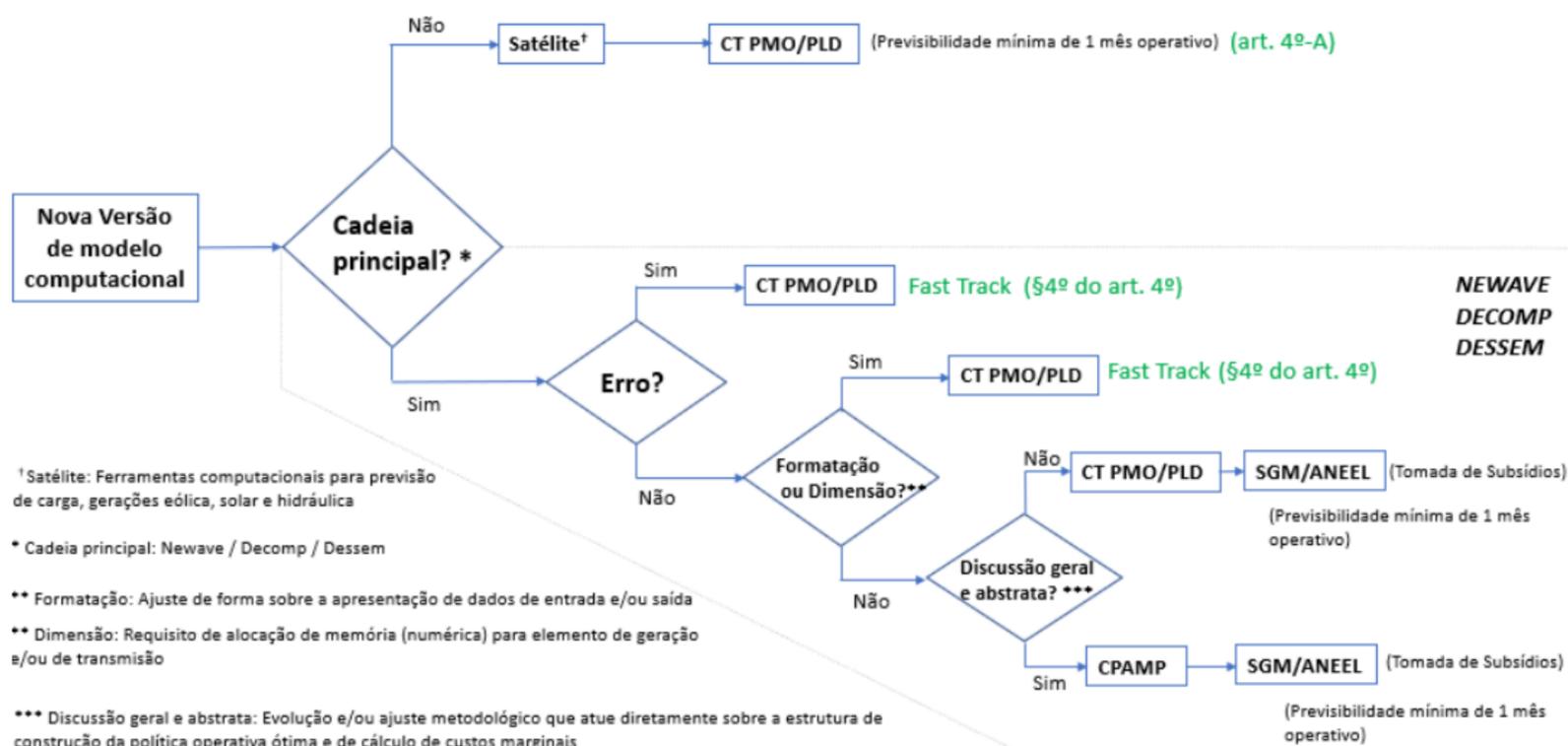
- Em nota técnica que será objeto de deliberação da diretoria colegiada da Agência na próxima terça-feira, SGM/Aneel busca esclarecer quais casos de ajustes, nas versões dos modelos, serão submetidos aos ritos expeditos de aprovação;
- Área técnica da Agência propõe que o CT PMO/PLD decida, para cada caso, qual será o prazo entre a divulgação e a implementação de um novo modelo satélite ou de seus aprimoramentos, sem prescindir da antecedência mínima de um mês operacional;
- Em linha com pleito da Abraceel, SGM/Aneel também sugere que alterações na resolução tenham vigência em 180 dias a partir da sua publicação, de forma a permitir que os Procedimentos de Rede sejam revistos.

A Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração e do Mercado (SGM) da Aneel divulgou a Nota Técnica 137/2023, que analisa as contribuições à Consulta Pública 43/2022, que tratou dos aperfeiçoamentos na governança da formação de preços. A seguir, a Abraceel apresenta síntese das recomendações da SGM à diretoria colegiada da Agência, que pautou o tema para a próxima terça-feira, dia 28.11.

Alterações nas versões dos modelos de forma expedita

Em linha com a sugestão da Abraceel, a SGM/Aneel busca deixar mais objetivos quais casos de ajustes, nas versões dos modelos, serão submetidos aos ritos expeditos de aprovação – entre eles, aqueles que são provenientes de correção de erros e ajustes relacionados à dimensão numérica de variáveis ou formatação de dados de entrada e saída.

Com objetivo de ilustrar a governança do processo que envolve o rito para ajustes e evoluções nos modelos computacionais, a Aneel apresenta o fluxograma que contém o apontamento dos fóruns constituídos para a apreciação das principais possibilidades vivenciadas na prática, bem como os principais marcos temporais aplicáveis.



Atualização dos modelos satélites

Alterações em modelos satélites podem ter impactos substanciais, razão pela qual a Abraceel sugeriu, em contribuição enviada à consulta pública, que seja aplicada uma antecedência maior quando as alterações envolverem mudança na metodologia de cálculo da premissa ou mesmo de implementação da premissa.

Contudo, em relação aos modelos satélites, a SGM propõe que o Comitê Técnico PMO/PLD (CT PMO/PLD) decida, para cada caso, qual será o prazo entre a divulgação e a implementação de um novo modelo satélite ou de aprimoramentos devidos, sem perder de vista a antecedência mínima de um mês operacional.

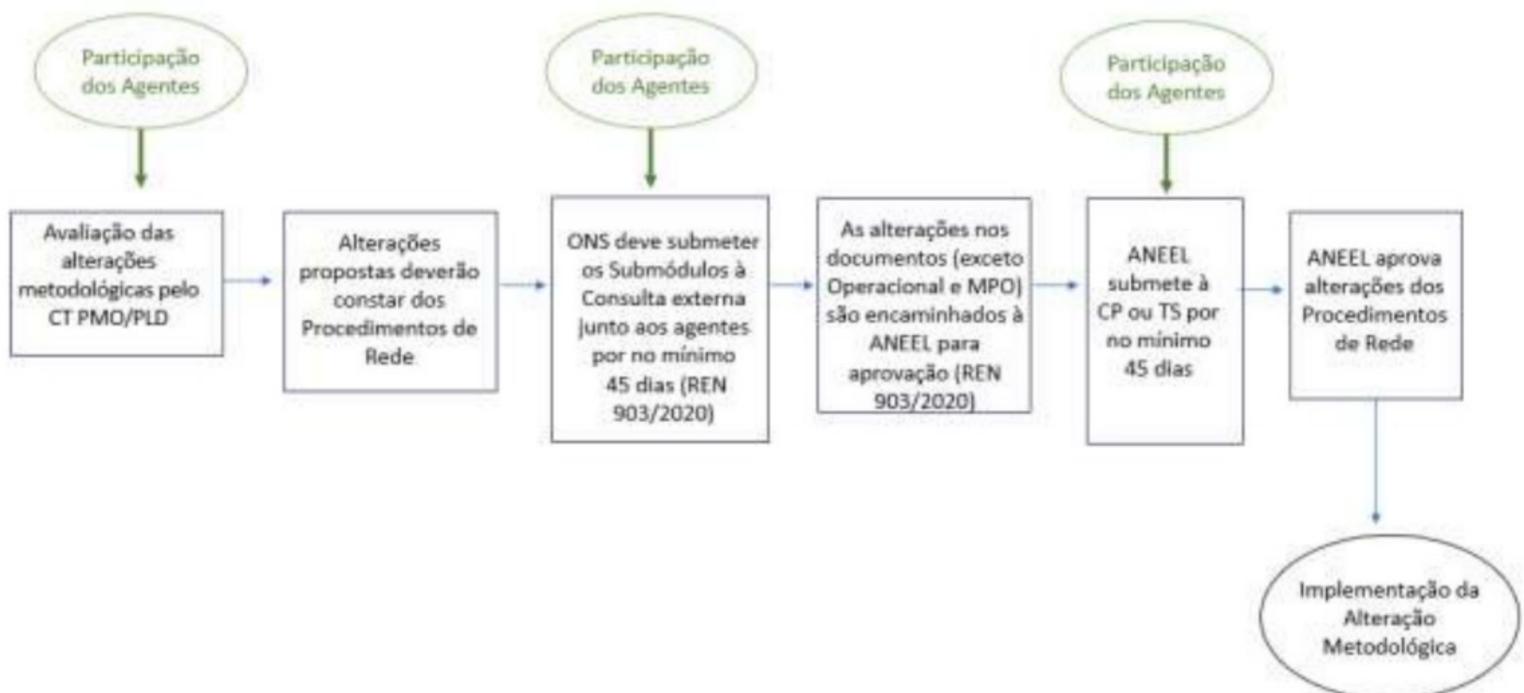
O mês operativo é definido, na minuta de resolução proposta, como aquele que compreende o período que se inicia à 0h do sábado que antecede ou coincide com o primeiro dia do mês de interesse do estudo e termina às 24h da última sexta-feira que antecede o início do mês subsequente, sendo composto pelo conjunto de semanas operativas.

Representação das UNSI

A Abraceel ponderou na contribuição enviada à Aneel que é função do regulador, em resolução normativa, oferecer segurança jurídica e regulatória à metodologia de representação da geração das Usinas Não Simuladas Individualmente (UNSI).

No entanto, a SGM reitera a proposta de manter apenas as diretrizes gerais das UNSI na resolução, remetendo o detalhamento aos Procedimentos de Rede, conferindo mais celeridade ao processo. Dessa forma, o normativo deve prever as formas de garantir um processo participativo e transparente junto aos agentes.

Por esse motivo, foi incluído dispositivo que estabelece que as alterações metodológicas deverão ser avaliadas pelo CT PMO/PLD, devendo a implementação ocorrer após a alteração dos Procedimentos de Rede, conforme o seguinte passo a passo.



Comitê Técnico PMO/PLD

Na contribuição enviada pela Abraceel, foi frisada a importância de aprimorar a governança do CT antes de atribuir a esse mais responsabilidades, além de criar mecanismo centralizado capaz de garantir o acesso à informação a todo o mercado, incluindo datas de reuniões, cronogramas de atividades, entre outros aspectos.

O ONS e a CCEE indicaram que, no site do CT, já são disponibilizados os cronogramas, previsões de implementações, resultados e demais documentos para acompanhamento e participação dos agentes. Contudo, foi formalizada, na proposta de resolução, a necessidade de disponibilização das datas, pautas e atas das reuniões, além dos documentos relacionados aos temas tratados.

A área técnica da Aneel ponderou ainda que é prática desejável a produção de documento técnico, inclusive, sobre a avaliação de contribuições recebidas pelos agentes. Nesse ponto, sugere incluir rotina para que haja previsão de estabelecimento de prazo para manifestação dos agentes anteriormente à validação das propostas pelo CT, que poderá ser definido caso a caso pelo CT, a depender da complexidade do tema tratado e mesmo quanto à factibilidade de sua aplicação, considerando-se sempre a urgência que o caso requer.

Ademais, é previsto na minuta de resolução que o regimento interno do comitê deverá ser homologado pela Aneel, após iniciativa de alteração, inclusive, das entidades que o constituem e dos agentes.

Previsibilidade e transparência nos dados de entrada

A Abraceel questionou a relevância do critério para a antecedência das usinas estratégicas tipo U1 e U2, sugerindo que qualquer alteração nas restrições hidráulicas seja enquadrada nos critérios de antecedência de um mês operativo.

Sobre o tema, a SGM conclui por não diferenciar os ativos de geração em termos de relevância, porém, por outro lado, não entende que todas as res-

trições hidráulicas devem ser enquadradas no critério de previsibilidade. A área técnica tratou apenas das atualizações de restrições hidráulicas excepcionais relevantes por iniciativa de órgão competente de licenciamento ambiental (Ibama) ou outorga de recursos hídricos (ANA).

Previsão de carga

Foi inserido dispositivo na proposta de resolução trazendo o conteúdo mínimo que deve constar nos Procedimentos de Rede, de forma a deixar mais claro o fluxo do processo de obtenção e disponibilização da carga, podendo considerar MMGD e resposta da demanda. Nota-se que não é fazer constar todo o detalhamento de cada processo de previsão de carga, mas sim o conteúdo mínimo para melhor compreensão dos aspectos mais relevantes que integram esse processo.

Vigência

A Abraceel sugeriu que as alterações da resolução sejam aplicadas após Procedimentos de Rede, devido ao lapso temporal com a falta de detalhamento dos comandos alterados. A SGM/Aneel sugere que as alterações da resolução tenham vigência em 180 dias a partir da sua publicação, de forma a permitir que os PdR sejam revistos, mas sem vincular o início da vigência da norma ao início da vigência dos PdR.

A Nota Técnica 137/23 está disponível no site da Abraceel, aba “Contribuições e Notas Técnicas”.

Contingência do Dessem também entra na pauta da Aneel

Com poucas reuniões da Diretoria da Aneel programadas para ocorrer até o fim de 2023, foi incluído na pauta da reunião do dia 28.11, além do resultado da Consulta Pública 43/2022, que trata dos aperfeiçoamentos na governança da formação de preços, cuja relatoria é da Diretora Agnes da Costa, o requerimento administrativo protocolado pelo ONS e pela CCEE com vistas à alteração de submódulos dos Procedimentos de Rede e de Comercialização, referentes ao plano de contingência do Dessem, cuja relatoria é do Diretor Ricardo Tili.

Varejista: Grupo Técnico discute especificidades do produto padrão

Matéria em 1 minuto:

- Debate envolveu questões como prazo do contrato, tipo de energia, garantias, dia de faturamento, encargos e flexibilidades;
- Com base nas discussões realizadas no Grupo Técnico, Abraceel preparou questionário para coletar a opinião consolidada das associadas e, posteriormente, levá-la para a Aneel;
- Tema consta nas discussões da CP 28/2023, que trata de aprimoramento da comercialização varejista, cuja expectativa é de deliberação no dia 12.12, última reunião pública ordinária da Aneel de 2023.

Durante a Consulta Pública 28/2023 da Aneel, que trata de aperfeiçoamentos regulatórios na comercialização varejista, muitos agentes, inclusive associadas da Abraceel, apontaram a necessidade de haver detalhes mais específicos para circunscrever a formatação de um produto padrão a ser divulgado pelas comercializadores varejistas, de forma que os produtos oferecidos por comercializadores diferentes sejam efetivamente comparáveis. A fim de detalhar tais aspectos, a Abraceel promoveu, no dia 21.11, encontro do Grupo Técnico para discutir esse tema.

O primeiro tópico da discussão foi qual deveria ser o prazo do contrato. Associadas sugeriram duração anual e trienal. Sobre o submercado a ser considerado no contrato, houve consenso para que seja considerado o submercado SE/CO, que representa a maior carga do país. Dessa forma, seria possível abarcar uma gama maior de consumidores que viriam a usar o produto padrão para fins de comparação. Quanto ao tipo de energia, as associadas sugeriram que seja considerada a energia convencional ou incentivada.

Outro tópico tratado foi a garantia prevista no contrato bilateral, cujas sugestões se concentraram nas opções de um mês, dois meses ou nenhuma garantia, sendo que a última alternativa se embasa no fato de que, ao estipular uma garantia, seria ainda preciso detalhar qual tipo de garantia, o que nem sempre é aceito por todos os varejistas.

Outro tópico discutido foi a data de faturamento do produto padrão. Apesar de haver consenso entre as associadas quanto à pertinência de adotar o sexto dia útil do mês subsequente ao consumo (MS+6du), também houve sugestões para considerar 20 dias corridos ou que essa data não seja especificada no produto padrão.

Os participantes também discutiram a consideração de encargos e flexibilidade, se essa deveria ser de 100%, 50%, ilimitada ou ser do tipo flat.

Por último, o Grupo Técnico discutiu sobre a periodicidade do envio dos dados de medição da distribuidora para a CCEE, em razão de sugestões da Abradee (uma vez por mês) e CCEE (até três vezes) oferecidas à CP 28/2023. Houve consenso de que esse envio deveria ser realizado diariamente, de maneira semelhante ao que já acontece atualmente no atacado.

Com base nas discussões ocorridas na reunião, a Abraceel elaborou um questionário para que a opinião consolidada das associadas possa ser levada à Aneel.

Modelos computacionais: estudos para transferir atividades do Cepel para ONS seguem de forma gradual

Matéria em 1 minuto:

- Abraceel reuniu-se com Cepel e Eletrobras e apontou importância de definir solução para a manutenção das atividades relativas aos modelos após a privatização da empresa elétrica, principal mantenedora da instituição;
- Transferência das atividades ao ONS é preferida por MME e Aneel;
- Eletrobras enfatizou que discussões mais profundas ficarão para 2024.



No dia 21.11, a Abraceel se reuniu com Juliano Dantas e Fabiana Teixeira, ambos executivos da Vice-Presidência de Tecnologia da Eletrobras, e Maurício Lisboa, executivo do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), para discutir a proposta de transferência dos modelos computacionais para o Operador Nacional do Sistema (ONS).

Durante o encontro, Rodrigo Ferreira, Presidente-Executivo da Abraceel, expressou preocupação com relação à continuidade dos serviços do Cepel na área de modelos computacionais, especialmente diante da privatização da Eletrobras, principal mantenedora da instituição. A Abraceel manifestou interesse em compreender melhor os estudos sobre a transferência dos modelos do Cepel para o ONS e como poderia contribuir nesses debates.

Juliano Dantas, Vice-presidente Executivo de Tecnologia e Inovação da Eletrobras, enfatizou o compromisso da empresa em apoiar a continuidade das atividades do Centro e ressaltou que sua eventual extinção seria o pior cenário. Evidenciou preocupações internas relacionadas a atividades que não são eficientes do ponto de vista financeiro, como a gestão dos modelos computacionais, e também mencionou questões de governança mencionadas por entidades governamentais.

Dantas informou que o escopo atual prevê estudar e propor soluções para a transferência dos modelos ao ONS, mesmo que não haja expectativas de definição para este ano. Destacou a necessidade de avançar gradualmente, dada a complexidade do tema, que envolve questões trabalhistas e contratuais. Espera poder realizar discussão mais abrangente a partir de março de 2024, quando os estudos evoluírem.

Além da Eletrobras e do ONS, o MME e a Aneel estão acompanhando as discussões. Houve consenso entre as instituições de que a transferência para o Operador é a rota preferencial nessa fase inicial de estudos.

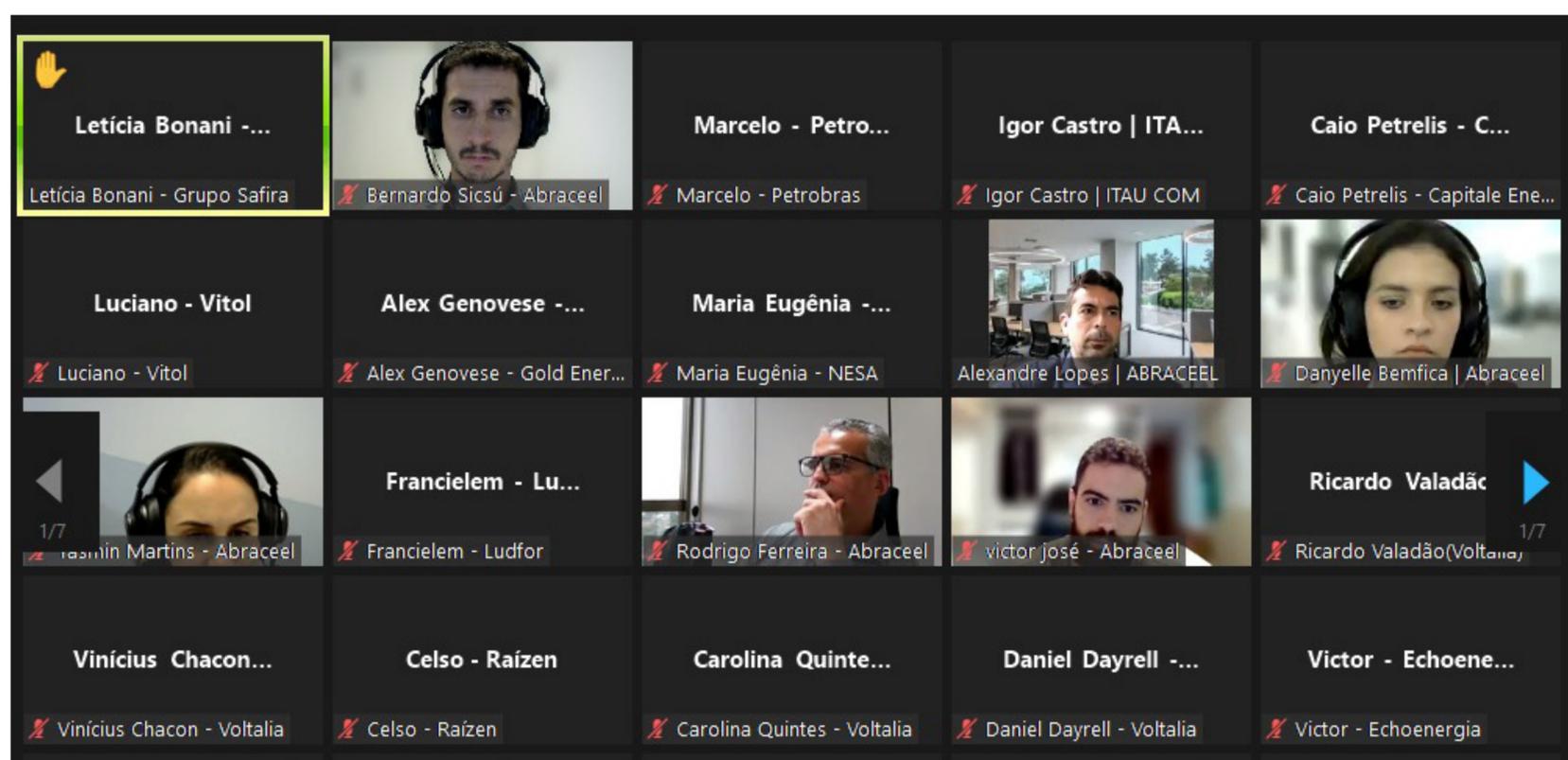
A Eletrobras reforçou que o foco está na garantia da sustentabilidade financeira do Cepel, avaliando o potencial de mercado dos modelos e a precificação adequada, especialmente os modelos elétricos, que possuem finalidades distintas.

A Abraceel agradeceu a oportunidade de realizar o encontro e reiterou disponibilidade para participar e contribuir com as discussões desse tema com a Eletrobras e Cepel.

Monitoramento: associadas compartilham experiências sobre o início do período sombra

Matéria em 1 minuto:

- Principais críticas foram relatadas quanto à instabilidade do sistema e à automatização de processos;
- Abraceel levou apontamentos feitos durante a reunião do Grupo Técnico para a primeira reunião do Comitê de Monitoramento, ocorrida no dia 22.11;
- Divulgação do fator de alavancagem dos agentes foi realizada no dia útil seguinte ao fim do período de declarações.



No dia 21.11, o Grupo Técnico da Abraceel reuniu-se para discutir as experiências das associadas após o envio da primeira leva de informações à CCEE no âmbito no “período sombra” do programa de monitoramento prudencial do mercado, que ocorreu entre os dias 16 e 17.11. Estiveram presentes cerca de 160 participantes.

Entre as experiências relatadas pelos associados, ficou claro que a instabilidade no sistema da CCEE na quinta-feira, dia 16.11, trouxe complicações às empresas associadas.

Outro problema relatado foi o modo como as cinco maiores contrapartes são declaradas no sistema. Da maneira que está prevista, cada uma deve ser declarada individualmente, com o usuário tendo que digitar manualmente uma por uma. Assim, as associadas sugeriram que a declaração possa ser feita por meio do upload de um arquivo contendo todos os dados, como é feito na declaração de portfólio.

Ainda sobre os dados, outro apontamento foi a impossibilidade de fazer simulações, dentro do sistema, do valor esperado do fator de alavancagem (FA). Alguns dados, como a curva forward, só são fornecidas no dia da declaração. Foi sugerido que a curva fosse disponibilizada com mais antecedência, para facilitar e antecipar a parte operacional de envio dos dados pelos agentes. Além disso, foi relatada dificuldade para acessar essa informação no acervo da CCEE.

A divulgação do FA dos agentes está sendo realizada neste [link](#), sempre no dia útil seguinte ao fim do período de declarações, e também foi disponibilizada uma planilha indicando os agentes que não enviaram os dados.

Abraceel leva sugestões das associadas ao Comitê de Implementação do Monitoramento

A Abraceel levou as críticas e sugestões das associadas, relatadas após o envio do primeiro conjunto de dados do “período sombra”, à primeira reunião do Comitê de Monitoramento, ocorrida no dia 22.11, e está esperando um encaminhamento da CCEE em relação a isso. O compêndio de perguntas e respostas (FAQ) disponibilizado pela CCEE pode ser lido [aqui](#).



ABRACEEL NA MÍDIA



Conta de luz pode cair 35% no mercado livre de energia; entenda

Fonte: Folha de S. Paulo

[Acesse aqui](#)



Governo prepara MP com aumento de ao menos R\$ 6 bi por ano para conta de luz

Fonte: Folha de S. Paulo

[Acesse aqui](#)

CURTAS

Monitoramento: CCEE alerta para consequências em casos de não envio de dados

Com o “período sombra” do monitoramento de mercado em funcionamento, o não envio das declarações no prazo caracteriza descumprimento de obrigação do âmbito da CCEE. O primeiro envio dos dados dos agentes de comercialização e geração foi encerrado no dia 17.11 e a CCEE divulgou em ata que os agentes que não enviarem as informações no prazo serão impedidos de registrar novos contratos no SCL de forma automática. Além disso, os novos registros, ajustes e validações de operações de compra e venda desses agentes somente poderão ser realizados de forma balanceada, com a prévia verificação do balanço energético, a fim de evitar exposição financeira negativa. Tais condições perdurarão até a confirmação da adimplência, que ocorrerá mediante o envio pelo agente das informações solicitadas no monitoramento. Por fim, a CCEE informa que a Aneel também será comunicada sobre os agentes que não enviarem os dados.

Itaipu: Casa Civil terá que coordenar plano de ação para revisão do Tratado

Em decisão, o TCU indicou que há necessidade de maior coordenação entre os diversos órgãos de governo para estabelecer um plano sobre a renovação do Tratado que criou a usina binacional. Assim, determinou à Casa Civil, que em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério de Minas e Energia, elabore e apresente um plano de ação nos próximos 60 dias. Esse plano deve conter, no mínimo, as atividades, cronograma, estudos necessários e responsáveis pela preparação do governo para as negociações da revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu. Adicionalmente, o plano deverá incluir uma estratégia e uma proposta de negociação para resolver a questão do uso da energia vinculada à potência não suprida devido a suprimento excessivo à outra parte. Por fim, é esperado que o plano apresente critérios para orientar a seleção e a priorização de projetos nos quais serão investidos os recursos socioambientais e de infraestrutura designados para a realização por parte de Itaipu. A decisão está neste [link](#).

Em encontro do Governo, Abraceel reforça abertura do mercado para reduzir Custo Brasil

No dia 20.11, a Abraceel participou de reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), colegiado de mais de 20 órgãos governamentais vinculado à Presidência da República, que elencou a abertura dos mercados de energia e a redução dos subsídios como prioridades para reduzir o Custo Brasil. O PL 414/2021 foi listado como medida a ser acompanhada pelo governo federal, com o objetivo de “reduzir restrições à figura do consumidor livre” para ampliar competitividade do país. O avanço da regulação será importante para ampliar a concorrência no mercado de energia, em especial para o “Brasil Esquecido”, expressão utilizada pela Abraceel para explicar a parcela de consumidores sem acesso a alternativa

para reduzir o custo da energia elétrica, o que inclui empresas de pequeno porte dos setores industrial e comercial. A Abraceel continuará participando das reuniões, apontando soluções para reduzir o Custo Brasil, que passam pela democratização do acesso ao ambiente livre de energia.



Em encontro dos Conselhos de Consumidores, Abraceel defende abertura do mercado e recebe apoio

Em 17.11, Bernardo Sicsú, Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel, participou do 23º Encontro Nacional dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica, realizado em Salvador, Bahia. Em apresentação para diversos representantes dos referidos conselhos, mostrou a importância da abertura total do mercado de energia e as perspectivas de redução de custos para os consumidores, comparando com o cenário presente em países europeus, onde as empresas oferecem produtos e serviços inovadores e aderentes às necessidades de perfis diferentes de consumidores. Em outro momento, a palestra reforçou que o mercado livre é o ambiente capaz de dar protagonismo ao consumidor e, por essa razão, a Abraceel solicitou apoio dos Conselhos de Consumidores para o esforço de abertura do mercado de energia para o Grupo B, ganhando apoio de diversos deles. Em outra sessão do evento, a Associação ainda participou de discussão sobre o avanço da regulação setorial, ao lado André Ruelli, Superintendente de Mediação Administrativa e das Relações de Consumo da Aneel, Luiz Barata, Presidente da Frente Nacional dos Consumidores, e Marcos Madureira, Presidente-Executivo da Abradee. A apresentação está disponível no [site](#) da Abraceel.



ONS recebe ofertas para programa estrutural de resposta da demanda

O ONS recebe propostas de oferta para o programa estrutural de resposta da demanda, vigente desde outubro de 2022. Com as temperaturas acima da média na maior parte do país, o Operador sinaliza a necessidade de utilização desse recurso para atendimento na ponta de carga do SIN. Os agentes interessados que estejam devidamente cadastrados na CCEE e no ONS poderão enviar semanalmente as propostas até às 12h de quinta-feira, que passarão a valer para a semana operativa seguinte, de sábado a sexta-feira. As informações para aderir ao programa e o detalhamento do processo de ofertas podem ser lidas [aqui](#).

Só falta você! Confirme presença no Coquetel Anual até a próxima terça

Reconhecido como importante momento de celebração e fortalecimento do relacionamento entre as empresas associadas e principais lideranças do setor, o Coquetel Anual da Abraceel será realizado no dia 07.12, a partir das 19h, no Espaço Itahy, localizado na rua Jorge Coelho, 98, no Itaim Bibi, em São Paulo. Por limitação do espaço, cada associada poderá indicar dois representantes, por meio do [formulário](#), que serão automaticamente confirmados. Adicionalmente, é possível indicar mais profissionais para participar do evento, nomeando-os para a lista de espera, pelo mesmo formulário, estando esses sujeitos à confirmação a partir do dia 28.11, a depender da quantidade de vagas remanescentes. A edição do Coquetel Anual 2023 terá ações especiais que podem ser lideradas pelas empresas associadas, por meio de aquisição de cotas, em troca de contrapartidas como a possibilidade de indicar convidados adicionais, projeção da logomarca durante o evento, distribuição de materiais de divulgação, nomes destacados na abertura e publicação em redes sociais. Os detalhes das cotas, bem como os benefícios que elas dão direito, estão explicados no [“mídia kit”](#) do evento. Caso sua empresa tenha interesse, entre em contato pelo e-mail abraaceel@abraaceel.com.br.

Participe do Almoço dos Traders! Garanta sua presença no Sympla

O Instituto Energia do Saber, organização sem fins lucrativos que promove atividades relacionadas ao desenvolvimento de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, convida todos os profissionais de empresas associadas da Abraceel para o Almoço dos Traders de Energia, tradicional evento que tem o objetivo de arrecadar recursos para custear o projeto social em questão, que auxilia mais de 2.500 crianças. O almoço será realizado no dia 08.12, entre 12h e 16h, no Club Athletico Paulistano, em São Paulo. Os interessados podem retirar ingresso pelo [link](#).



Abraceel é a nova associada do Cigre-Brasil

O Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigre-Brasil) é uma comunidade colaborativa com o objetivo de promover o intercâmbio e o desenvolvimento da engenharia no Brasil, no campo da produção de energia elétrica, de sua transmissão em alta tensão e distribuição. A instituição conta com 16 comitês de estudos. A Abraceel, como nova associada, participará das discussões nos comitês, grupos de trabalhos internacionais, além de acessos a documentos técnicos do Comitê Brasil e Internacional. A Abraceel tem especial interesse na interação no Comitê de Mercados de Eletricidade e Regulação (CE-C5), cujo escopo é acompanhar e debater as principais tendências da regulação e mercado no setor de energia, avaliar as melhores práticas de desenho de mercado, considerando a experiência dos mercados internacionais, e buscar oportunidades de aprimoramento e evolução do mercado de energia elétrica brasileiro, para obter experiências e mecanismos em mercados competitivos de energia. Para conhecer mais, acesse [aqui](#).

Com adesão da Abraceel, Fase crítica postergação de subsídios

O Fórum de Associações do Setor Elétrico, representando 16 associações, incluindo a Abraceel, enviou carta ao Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, pela qual expressa oposição a medidas que resultem na postergação de prazos para obtenção de descontos nas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e Distribuição (TUSD) abrangidas pela Lei 14.120/2021. A Abraceel foi a instituição que propôs o posicionamento no colegiado. A correspondência ressalta que “a edição de medida para postergar subsídios desnecessários e já com prazos legais para o seu fim apenas contribuiu para ampliar desigualdade, imprevisibilidade e custos para os consumidores de energia do país, já amplamente impactados pela escalada tarifária dos últimos anos”. O documento está disponível [aqui](#).

TCU bloqueia novos descontos para projetos de energia pela Aneel

O Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, no dia 22.11, o voto do ministro Benjamim Zymler, relator de processo de fiscalização que trata de descontos nas tarifas de transmissão e distribuição para projetos de energia renovável. Zymler apontou falta de clareza nos critérios para concessão dos subsídios e determinou que o ente regulador fica impedido de aprovar descontos para novos projetos. O Tribunal estabeleceu prazo de 180 dias para a Aneel desenvolver um plano que impeça empresas de dividir projetos de energia para aproveitar incentivos e obter descontos na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e de Distribuição (TUSD). De acordo com o relator, empresas de grande porte estão fragmentando seus projetos para se beneficiarem desses descontos, uma prática considerada indevida pelo ministro, pois acaba por aumentar a conta para os demais consumidores. Acesse o acórdão [aqui](#).

Abraceel contribui com CGU em discussão para entender impactos da expansão da MMGD



Em 20.11, a Abraceel atendeu pedido da Controladoria-Geral da União (CGU) e participou de reunião para discutir “os principais desafios, riscos e dificuldades da evolução da geração distribuída no setor elétrico”. A CGU é o controle interno do Poder Executivo, responsável por auditar os órgãos da administração pública federal, e faz recomendações para o aprimoramento das regras. A Abraceel foi convidada para contribuir no processo de avaliação dos impactos do aumento da inserção da MMGD. A Associação apresentou dados e conclusões dos mais recentes estudos públicos que abordam o tema, apontando a importância de avançar na política de abertura do mercado de energia para que haja concorrência à geração distribuída, reduzindo assim subsídios setoriais incidentes sobre o consumidor. O trabalho da CGU está em fase de planejamento e as conclusões serão compartilhadas na etapa de elaboração do relatório final.

Associações discutem futuro do setor

Em 23.11, a Abraceel se reuniu com a Apine, Abiape, Abradee e Abeeólica para discutir a agenda de modernização do setor.

Exército deseja migrar ao mercado livre

No dia 23.11, a Abraceel se reuniu com o Coronel Allan Quint e equipe para esclarecer informações a respeito do processo de migração de unidades consumidoras do Exército Brasileiro para o mercado livre de energia. Na ocasião, foram discutidas questões como a formação de preço, negociação de contratos, riscos e benefícios. O Coronel explicou que o Exército buscará mais informações com as comercializadoras, a fim de obter ajuda no estabelecimento das condições da licitação. No fim da reunião, foi combinada uma visita institucional da Abraceel para apresentar formalmente o mercado livre de energia aos integrantes do Exército.

Abraceel registra 188 matérias na mídia em outubro de 2023

A Abraceel disponibilizou na área restrita do site, aba Documentos Gerais, o relatório de mídia referente ao mês de outubro de 2023, com o registro de 188 matérias. Destaque para reportagens no Valor Econômico, Diário do Nordeste, Terra, Agência Estado e UOL, entre outros, além da publicação de artigos. [Veja mais.](#)

Abraceel e Ecom discutem faturamento de energia elétrica

No dia 22.11, a Abraceel se reuniu com a associada Ecom para discutir sobre o faturamento de energia elétrica no âmbito da comercialização varejista.



Semana de expectativas com possível Medida Provisória para postergar os prazos de descontos na TUST e TUSD. Reação do setor elétrico contra a MP pode ter prejudicado os planos de assiná-la na última quinta. Relatório extraoficial sobre eólicas offshore também pede atenção dos agentes. Reforma tributária deve ter calendário de votação divulgado na próxima semana. Estamos a quatro semanas do fim do ano legislativo, mas ainda há muito a ser feito.

É esperado que os trabalhos no Legislativo sejam encerrados no dia 22 de dezembro. Até lá, são quatro semanas de trabalho que podem trazer pautas que necessitem de atenção do setor elétrico. De um lado, preocupações com o aumento das tarifas de energia do Amapá, além da expectativa de Medida Provisória com extensão de subsídios setoriais preocupam os agentes com os seus possíveis impactos, contrariando o discurso de racionalização dos subsídios do setor.

Distribuição – Na última quarta, a Comissão de Minas e Energia realizou audiência pública sobre a interrupção do serviço de distribuição de energia em São Paulo e se falou da possibilidade de abrir uma CPI para o caso. O tema traz preocupação com a disposição do Congresso em discutir a pauta da renovação das concessões das distribuidoras, que pode dar força ao PL 4831 de 2023, de autoria do deputado João Carlos Bacelar (PL-BA), que, dentre outros pontos assegura a manutenção de, no mínimo, 70% do mercado de energia anual para a concessionária de distribuição, não podendo haver renovação de contratos no ambiente livre, na área de concessão da companhia quando esse limite for alcançado.

Saindo um pouco do setor de energia e entrando na pauta mais ampla do governo, ainda há o desafio de aprovação de agendas que são prioritárias, como a taxaço dos fundos offshore, apostas esportivas e defensivos agrícolas.

Vai ter Medida Provisória? Houve reação dos agentes, com divulgação de cartas contra a publicação da Medida Provisória, que teve um [texto não oficial](#) divulgado. Os agentes solicitaram que a discussão fosse feita amplamente com o setor antes da divulgação de uma medida que impactaria as tarifas.

O cerne da medida é a extensão do desconto de 50% na TUSD e TUST para projetos de geração renovável por 36 meses. Esse desconto cabia a projetos que o solicitaram até março de 2022. Governadores do Nordeste constam como força favorável à medida, que também teria o apoio da Casa Civil. O deputado Danilo Forte (União-CE) também é um dos defensores, justificando que a medida viabilizaria investimentos no Nordeste.

Eólicas offshore – Também divulgado de forma não oficial o relatório do PL 11.247 de 2018, que trata, dentre outros temas, de eólicas offshore. Foi apensado ao projeto o PL 576 de 2021, de autoria do então senador Jean Paul Prates, já aprovado no Senado, que trata do mesmo tema.

Para o PL 11.247/2018, foi designado o relator deputado Zé Vitor (PL-MG), cujo texto não oficial trouxe algumas propostas que merecem atenção do setor elétrico. Dentre elas, ampliação do desconto no fio para PCHs e viabilização das térmicas da Eletrobras. Confira [aqui](#).

O projeto precisa ter sua urgência aprovada para ser votado em Plenário, mas consta como uma das pautas da agenda verde já anunciada pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL).

Reforma tributária – Ainda está pendente a deliberação do texto novamente pela Câmara dos Deputados e a expectativa é que na próxima semana se tenha um calendário para deliberação da PEC que trata do tema. Também falta definição se a Câmara vai aprovar o mesmo texto do Senado, já que, havendo mudanças, a matéria ainda retorna para análise dos senadores. No entanto, há a possibilidade de promulgar somente aquilo que for consenso entre as Casas, para acelerar a tramitação da matéria.

PRÓXIMA SEMANA

27.11 - Segunda-feira: Grupo Técnico se reúne para discutir a CP 158/2023 do MME, que propõe reduzir a inflexibilidade de geração termelétrica em cenário de excedente energético, às 15h;

Abraceel se reúne com a SGM/Aneel para discutir a CP 28/2023, que busca aprimorar a comercialização varejista, às 16h.

29.11 - Quarta-feira: Abraceel participa da 15ª edição do Encontro Anual do Mercado Livre (EAML), na Bahia, até 01.12;

Abraceel participa de reunião ordinária do Conselho de Infraestrutura (Coinfra) da CNI, às 10h;

Abraceel participa da reunião do Comitê de Comunicação da AICE, às 12h;

Abraceel participa de reunião do Fórum do Gás, às 14h30.

30.11 - Quinta-feira: Abraceel participa de Grupo de Trabalho da Prefeitura de São Paulo para esclarecer dúvidas sobre aquisição de energia no mercado livre de energia, às 17h.